

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2024**

Aos seis dias do mês de fevereiro deu-se início às 8h à I Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Colegiado na sede do Conselho Municipal de Educação com localização na Escola Municipal Júlio César de Almeida Lorangeira, situada à rua Délio Gomes Ferreira, s/n, Parque das Palmeiras. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação, com a participação da presidente do Conselho, Silvia Lira, da vice-presidente Mariana Inácio de Oliveira Máximo e dos seguintes conselheiros de forma presencial: Elaine Jaques Sotero, Rodrigo de Campos Camões, Camila de Oliveira Barbosa da Costa, Rosângela Gonçalves Motta, Milene Lima da Silva, Alex Sandro Nazareth Targini, Bárbara de Oliveira Sinclair Haynes, Luana Graziella Bandeira, Alex de Almeida, Cristiane Cunha Vaz da Silva Inoue, Susana do Carmo Roza de Oliveira, Suellen Moura Souza, Walquíria Maria de Lima Pereira, Jorge Luiz da Silva Nunes, Herick Porto Holzer, além da assessora técnica Cristiane Carneiro, do auxiliar de secretaria José Barreto da Silva e da secretária executiva Simony Valim da Rocha. Respeitadas as disposições regimentais, a presidente Silvia Lira iniciou a reunião em segunda chamada às 8h30. Silvia cumprimentou os conselheiros e procedeu à leitura da pauta. Seguindo a ordem desta, apresentou a nova secretária executiva, Simony Valim da Rocha, que foi referendada por este colegiado de acordo com as disposições regimentais, explicando a saída do professor Nevaldo Bastos do cargo de secretário executivo, em função de agora estar no cargo de auxiliar de direção. Em seguida, procedeu-se à leitura da ata da reunião anterior pela vice-presidente Mariana Máximo. Silvia perguntou aos conselheiros se a ata estava aprovada e a mesma foi aprovada sem alterações. Passou-se então à questão da nova sede do CME. Mariana explicou que houve dificuldades em encontrar um local devido ao orçamento, mas o trâmite avançou e estamos em processo de assinatura do contrato da locação de imóvel no centro da cidade que atenda as demandas do CME. Suellen manifestou preocupação quanto à acessibilidade e Mariana e Silvia explicaram que a demora em encontrar uma nova sede foi também devido a isso e que a nova sede tem acessibilidade, principalmente à sala de reuniões do Conselho Pleno. Mariana destacou que existem rampas e portas largas para acesso. O conselheiro Jorge agradece pela empatia e preocupação do CME com a acessibilidade. Os conselheiros Jorge e Suellen manifestaram que estão, respectivamente, no conselho da Pessoa com Deficiência e da Mulher, este vinculado à secretaria da Juventude. Mariana sugeriu que promovamos um encontro com os conselhos do território de Angra dos Reis e com os novos que forem implementados, pensando o regime de colaboração entre os entes federados e o papel de fiscalização dos conselhos. Silvia Lira endossou a proposta e indicou que é interessante que o CME acompanhe também as políticas para Primeira Infância e Educação Integral. A presidência avançou para o próximo ponto, definindo a periodicidade das reuniões. Walquíria propõe que a reunião da CACS FUNDEB seja mensal, na última sexta-feira do mês, às 14h, intercalando uma reunião de formação para os conselheiros da câmara e outra para prestação de contas. Susana, Suellen, Jorge, Rodrigo, Luana e Cristiane, conselheiros dessa câmara, aprovaram a proposta. Walquíria solicitou algum conselheiro para acompanhá-la em visita ao barco considerando o PNATE. Cristiane Inoue e Rodrigo se prontificaram a ir no dia 20 de fevereiro. A assessora Cristiane Carneiro apresentou as datas das visitas a algumas instituições de ensino, para acompanhamento, autorização de funcionamento ou apuração de denúncias, e precisa de dois conselheiros, nos dias 20, 21 e 27 de fevereiro. Os conselheiros Jorge, Luana e Susana se prontificaram. Os conselheiros da Câmara de Legislação e Normas presentes, Alex de Almeida, Mariana e Nevaldo acordaram que as reuniões serão na última

segunda-feira do mês na parte da manhã. Os conselheiros da Câmara de Educação Básica, Jorge, Suellen e Milene, decidiram pela segunda terça-feira do mês à tarde, após reunião do pleno. Mariana ressalta que os conselheiros ratificarão as datas conversando nos grupos de whatsapp. Mariana passou a palavra para a assessora Cristiane Carneiro, a qual apresentou o plano de ação. A assessora indicou que o plano de ação é uma proposta aberta à mudanças. Cristiane Carneiro começou pelo cronograma, apontando as ações e suas periodicidades. Indicou também outras ações para além das visitas e reuniões: a integração com outras áreas, como saúde, lazer e assistência social; acompanhar o censo escolar anual; a Lei Lucas e acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária do Município. A presidente Silvia destacou que já iniciou o diálogo com a SEJIN, na pessoa da superintendente Maria Verônica, para articular a capacitação em atenção à Lei Lucas. A conselheira Bárbara demonstrou preocupação em relação a essa lei e ressaltou o papel da SEJIN nesse movimento. Continuando, a assessora Cristiane apontou que o trabalho da Reunião da Comissão de Gestão Democrática precisa ser iniciado, bem como a atualização cadastral das unidades de Ensino Públicas e Privadas (PPP, regimento e Conselho de Escola). Ela enfatizou a necessidade de termos essas informações atualizadas. Mariana sugeriu essa atualização do Regimento das Escolas Municipais como primeira pauta da Câmara de Legislação e Normas. Cristiane Carneiro prosseguiu indicando o Projeto Escola Legal, e na sequência, o fórum deliberativo com as escolas privadas sobre o Histórico Escolar de Educação Infantil. Mariana ratificou essa proposta. Cristiane Carneiro indicou que ainda teremos a discussão do PME a partir das discussões do PNE, sem data prevista. Por fim, haverá o seminário comemorativo aos 25 anos do CME Angra dos Reis. Essa programação contempla o primeiro semestre do ano de dois mil e vinte e quatro. Cristiane Carneiro perguntou ao colegiado se há contribuições e se a proposta contempla a todos. Cristiane Inoue, ressaltou que o antigo PME perde a validade neste ano, e a conselheira destaca a necessidade do cumprimento da meta 17, com acompanhamento e monitoramento das ações para que essa meta seja efetivada, uma vez que o plano ainda está em vigor. Alex de Almeida destacou o acompanhamento e a construção do novo PME. Cristiane Inoue defende que o foco deve ser acompanhar o que ainda não foi efetivado. Mariana defendeu que uma ação não anula a outra e que podemos acompanhar o atual e discutir o próximo PME. Suellen fez um comentário destacando como é importante a discussão em torno dos alunos com deficiência e que está impactada positivamente pelo treinamento que ela viu os monitores recebendo. Rodrigo afirmou que, nesse contexto em que se destaca o autismo, o CME precisa dar um passo a mais em relação à inclusão de crianças na escola, para que seja mais efetiva e com maior fiscalização, articulado com o conselho da pessoa com deficiência. Ele propõe que vislumbremos boas práticas em relação à inclusão, que seja um tópico para discussão, para que possamos dar relevância à questão da inclusão, indicou ainda a construção do CETEA (Centro Educacional para Transtorno do Espectro Autista) como política pública interessante. Suellen retomou a palavra e expôs que são quinhentos e trinta e cinco autistas registrados em Angra dos Reis, que são anos de luta em busca de uma educação melhor. O conselheiro Alex de Almeida disse que além das boas práticas são necessários investimentos em estrutura para adequação dos nossos espaços para esses alunos e que essas melhorias venham mais rápido, incluindo a formação para profissionais que abranja também os terceirizados, como sugestão para o plano. Alex de Almeida sugeriu já começarmos a tirar as comissões das ações contidas no plano. Jorge complementou que existem vários tipos de acessibilidade, mas que precisa-se focar na acessibilidade atitudinal, a mudança de atitude e o envolvimento das pessoas, tendo empatia com esse público específico. Ele propõe uma reunião específica durante o ano para tratar desse tema e convidar o coordenador do programa Cidade Inclusiva para participar de uma reunião do CME. Nevaldo pediu a palavra e, posicionando-se como pai de aluna autista, ressaltou a importância da inclusão e do trabalho ofertado pelo serviço

público, e nesse contexto o trabalho do CME, naquilo que pode contribuir. Silvia pede a fala e diz que percebe esses avanços do trabalho do poder público, a preocupação do colegiado, além de compartilhar as boas práticas e fiscalizar a rede privada no que concerne a inclusão e o acompanhamento dessas crianças desde a Educação Infantil. Rosângela Motta pede a palavra, pergunta sobre o imóvel do CETEA. O conselheiro Rodrigo explicou a proposta e que imóvel é um equipamento da Secretaria de Educação. Rosângela prosseguiu afirmando que a EMDV e a EMBES precisam de espaços próprios também. A conselheira Elaine Jaques endossou a fala da colega, enfatizando que houve uma mudança constante de espaços, sendo que a EMBES é uma escola de referência mas não tem um espaço físico de trabalho e que há muitos alunos com diferentes deficiências. Rosângela e Elaine afirmam que a Educação Especial em Angra dos Reis é referência regional mesmo sem ter um espaço e que com um espaço próprio esse trabalho seria potencializado. Mariana complementa que a fala de Elaine é um pedido para que a EMBES e a EMDV também tenham um espaço e que o CME seja um local para amadurecer essa discussão e de apoio, e a vice-presidente retoma a ordem da pauta. Silvia Lira passa então à prestação de contas de 2023, afirmando que tivemos boas ações, dentro do orçamento. A presidente explicou que o ordenador de despesas é o Secretário de Educação e que em dois mil e vinte e três fechamos o ano com verba que não foi utilizada. Para este ano o objetivo é usar toda a verba, para tanto utilizaremos o Plano de Ação, e a partir dele vai ser gerado um Plano de Contratação Anual, para termos melhor emprego da verba. A presidente passou à leitura do orçamento do ano passado e dos gastos. Foi destacado que usamos cerca de 50% da verba e que uma das propostas para utilização dos recursos de dois mil e vinte e quatro é o investimento em formação e que nos organizemos para utilizar o total da verba. Alex de Almeida destacou que não falamos do cronograma de reuniões da comissão de Gestão Democrática. Mariana reconheceu que realmente não abordamos esse tema, mas voltaremos. Mariana indicou que o CME deve discutir também a aprendizagem dos alunos da rede e passou a apresentar os resultados da rede municipal de educação em 2023. A vice-presidente explicou como foram feitas as avaliações e projetou os resultados, ainda destacou que enquanto CME precisamos pensar as políticas públicas e o retorno das escolas. A conselheira Luana complementou que os docentes precisam de formações, mas que o poder público deve ofertar condições para que esses profissionais possam participar desses momentos, bem como garantir o planejamento. Mariana concluiu dizendo que trouxe esses dados para que o CME contemple esses aspectos que perpassam as discussões da política pública. Mariana passou ao último item da pauta, que foi a recomposição do CME/CACS FUNDEB e que essas modificações sairão em Boletim Oficial, mas aguardamos a eleição dos técnicos administrativos, promovida pelo SINSPMAR, que se encontra em processo de apuração, por isso ainda não foi enviado para a publicação. Ademais, aguardamos o indicado do poder legislativo para inclusão na mesma. Mariana, além disso, repassou o informativo geral, que foi apenas uma solicitação do Ministério Público, a qual já foi respondida. A assessora técnica Cristiane Carneiro explicou que essa solicitação versava sobre as escolas de Educação Infantil autorizadas no município. Silvia Lira colocou em regime de votação e os conselheiros votaram pela leitura e aprovação da ata no término da reunião. Após as considerações finais, a Presidente do CME, Silvia Almeida Lira encerrou a reunião. E eu, Simony Valim da Rocha, encerro esta ata. Ata lida e aprovada ao término da I Reunião Ordinária de seis de fevereiro de dois mil e vinte e quatro.